



**DEFENSORIA PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL
- COMISSÃO DE PROTEÇÃO E PRIVACIDADE DE DADOS (CPPD) -**

TERMO SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Introdução: Este Termo visa informar os candidatos aprovados no concurso público de provas e títulos para provimento de cargos do quadro de pessoal de apoio técnico-administrativo da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul sobre o tratamento de seus dados pessoais, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD) e outras disposições legais aplicáveis.

Dados pessoais coletados: Os dados pessoais que serão coletados para a nomeação dos futuros servidores incluem, mas não se limitam a: nome social, CPF, nome, país, raça, grupo sanguíneo, naturalidade, estado civil, naturalizado (sim ou não), sexo, escolaridade, ano de naturalização (se aplicável), deficiência, data de nascimento, gênero, título de eleitor, reservista, série, nº cartão do SUS, RG, seção do título de eleitor, PIS/PASEP, UF, carteira digital, órgão de emissão do RG, zona do título de eleitor, NIT, data de emissão da CT, data de emissão do RG, carteira funcional, carteira de trabalho, carteira de entidade de classe, endereço, número, complemento, bairro, CEP, cidade, telefone fixo, telefone celular, e-mail.

Finalidade do tratamento: Os dados pessoais serão tratados com a finalidade de manutenção dos cadastros dos futuros servidores, garantindo todos os direitos e benefícios aos aprovados. O tratamento também visa cumprir obrigações legais e regulatórias relacionadas às situações funcionais e previdenciárias.

Base legal para o tratamento: A base legal para o tratamento dos dados pessoais, incluindo dados sensíveis, é o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, conforme previsto nos artigos 7º, inciso II, e 11, inciso II, alínea "a", da



**DEFENSORIA PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL
- COMISSÃO DE PROTEÇÃO E PRIVACIDADE DE DADOS (CPPD) -**

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), no edital de abertura do concurso público, e nos artigos 37, incisos II e VIII, da Constituição Federal de 1988.

Cumprimento legal com base no edital de abertura:

Item 3 – requisitos para posse no cargo: Este item do edital de abertura estabelece os requisitos legais que devem ser cumpridos pelos candidatos para a posse no cargo, incluindo a necessidade de fornecimento de dados pessoais.

Item 19 – da convocação para a posse: Este item trata dos procedimentos de convocação para a posse, que inclui a coleta dos dados pessoais necessários para a nomeação e registro dos servidores.

Item 20 – das disposições sobre tratamento de dados pessoais – Lei Federal nº 13.709/2018: Este item aborda especificamente a conformidade com a LGPD, explicando as diretrizes para o tratamento dos dados pessoais dos candidatos aprovados.

Medidas de segurança adotadas: Para proteger os dados pessoais coletados, a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul adota as seguintes medidas de segurança:

Proteção de dados: Implementação de tecnologias e políticas de segurança para proteger os dados contra acessos não autorizados.

Gestão do controle de acesso: Controle rigoroso sobre quem pode acessar os dados pessoais.

Proteções de e-mail e navegador web: Medidas para garantir a segurança na comunicação e navegação.

Gestão do tratamento: Processos para assegurar que o tratamento dos dados seja realizado de forma segura e conforme a legislação.



**DEFENSORIA PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL
- COMISSÃO DE PROTEÇÃO E PRIVACIDADE DE DADOS (CPPD) -**

Acesso e qualidade: Garantia de que os dados são precisos e acessíveis apenas por pessoas autorizadas.

Criptografia: Utilização de criptografia para proteger os dados em trânsito e em repouso.

Ciclo de vida dos dados pessoais: Os dados pessoais serão mantidos permanentemente, tendo em vista o vínculo vitalício dos servidores com a instituição, salvo casos excepcionais, cujas razões devem ser fundamentadas.

Direitos dos titulares: Os candidatos têm o direito de acessar, corrigir, atualizar ou solicitar a exclusão de seus dados pessoais, conforme disposto na LGPD. Além disso, podem solicitar informações sobre o tratamento de seus dados e suas finalidades

Contato para exercício de direitos: Para o exercício de seus direitos, os candidatos podem entrar em contato com o Encarregado de Dados da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul através do e-mail: lgpd@defensoria.ms.def.br ou pelo telefone (67) 3318-1411 / 67 99295-3630.

Declaro que li e compreendi este Termo e que estou ciente das finalidades e bases legais para o tratamento dos meus dados pessoais pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.